

Interconexão Entre Acadêmicos e Profissionais Sobre as Práticas de Resposta à Fraude e à Corrupção no Setor Público

Interconnection between Academics and Professionals on Fraud and Corruption Response Practices in the Public Sector

Interconexión entre académicos y profesionales sobre prácticas de respuesta al fraude y la corrupción en el sector público

Vanessa Karla Rebouças da Silva*

Mestre em Ciências Contábeis na
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Professora Substituta do Departamento de Ciências
Sociais Aplicadas (UFERSA)
vankrs@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6449-2372> 

Rossana Guerra de Sousa

Doutora em Ciências Contábeis (UnB/UFPB/UFRN)
Professora do Departamento de Finanças e
Contabilidade (UFPB)
rossanagsousa@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-1674-2610> 

Endereço do contato principal para correspondência*

Avenida Francisco Mota, nº 572, Bairro Costa e Silva, CEP: 59625-900 – Mossoró/RN, Brasil

Resumo

Esta pesquisa analisou a interconexão entre as abordagens acadêmicas e as práticas de gestão utilizadas por profissionais no setor público brasileiro quanto às ações de resposta à fraude e corrupção. Por meio de dois questionários verificou-se a classificação de importância atribuída pelos grupos a práticas antifraude, distribuídas em etapas definidas com base no Referencial de Combate à Fraude e Corrupção (TCU, 2018). Os resultados indicam que há interconexão entre os grupos ao nível de 61,43%, sendo prevenção a etapa com maior quantidade de ações classificadas como importantes pelos grupos. Assim, estando as ações preventivas mais relacionadas à redução da Oportunidade, uma das arestas do Triângulo da Fraude (Cressey, 1953), os resultados reforçam a importância de mecanismos preventivos na mitigação proativa da corrupção. Além disso, apenas três práticas foram classificadas como muito importantes por ambos, o que indica que a aprendizagem organizacional e o avanço organizacional também implicam em desaprender ou aprimorar abordagens utilizadas.

Palavras-chave: Corrupção; Administração Pública; Medidas anticorrupção

Abstract

This research analyzed the interconnection between academic approaches and management practices used by professionals in the Brazilian public sector regarding the concepts and actions to respond to fraud and corruption. Through two questionnaires, the level of importance attributed by the groups to anti-fraud practices was verified, distributed in stages defined based on the Fraud and Corruption Combat Framework (TCU, 2018). The results indicate that there is an interconnection between the groups at the level of 61.43%, with prevention being the stage with the greatest number of actions classified as important by the groups. Thus, since preventive actions are more related to the reduction of Opportunity, one of the edges of the Fraud Triangle (Cressey, 1953), the results reinforce the importance of preventive mechanisms in the proactive mitigation of corruption. In addition, only three practices were classified as very important by both, which indicates that organizational learning and organizational advancement also imply unlearning or improving the used approaches.

Keywords: Corruption; Public Administration; Anti-corruption measures

Resumen

Esta investigación analizó la interconexión entre los enfoques académicos y las prácticas de gestión utilizadas por los profesionales del sector público brasileño en las acciones de respuesta al fraude y la corrupción. A través de dos cuestionarios, se verificó la calificación de importancia atribuida por los grupos a

las prácticas antifraude, distribuida en etapas definidas en base al Marco de Combate de Fraude y Corrupción (TCU, 2018). Los resultados indican que existe una interconexión entre los grupos al nivel del 61,43%, siendo la prevención la etapa con mayor número de acciones clasificadas como importantes por los grupos. Así, con acciones preventivas más relacionadas con la reducción de Oportunidades, uno de los bordes del Triángulo del Fraude (Cressey, 1953), los resultados refuerzan la importancia de los mecanismos preventivos en la mitigación proactiva de la corrupción. Además, solo tres prácticas fueron clasificadas como muy importantes por ambos, lo que indica que el aprendizaje organizacional y el avance organizacional también implican desaprender o mejorar los enfoques utilizados.

Palabras clave: Corrupción; Administración Pública; Medidas anticorrupción

1 Introdução

Tratar do tema fraude é controverso e complexo desde sua definição, passando pelos aspectos temporais – contendo os anacronismos –, sociais, psicológicos, econômicos, patrimoniais e jurídicos, o que requer uma abordagem integrativa de saberes científicos para possibilitar o seu estudo e análise do fenômeno. De conceitos distintos na literatura, que variam de época e orientação teórica do autor, a definição de fraude traz em comum sua caracterização como um ato intencionalmente enganoso que resulta em perdas para outra parte, estando potencialmente presente onde o fluxo de geração de valor se encontra com a ganância do ser humano (Petrucci, 2013).

De acordo com a *Association of Certified Fraud Examiners (ACFE)*, a fraude ocupacional é o maior e mais prevalente tipo de fraude, sendo dividida em categorias que agregam características comuns. São essas categorias: desvios de ativos, corrupção e fraude nas demonstrações financeiras.

Em sua tipologia corrupção, o ato fraudulento é fruto de um processo sistêmico e sinérgico de ações coordenadas em níveis distintos de ação (político, operacional, de gestão, etc.); que ocorrem ao longo do tempo (Ashfort, Gioia, Robinson, & Treviño, 2008; Costa, 2011; Costa & Wood Jr, 2012); e que envolve não somente o indivíduo que comete o ilícito, mas também fatores contextuais, comportamentais e ambientais, ambos de difícil quantificação (Wells, 2014).

Para embasar esta discussão no contexto acadêmico, diversas teorias são utilizadas, dentre as quais se destacam o Triângulo da Fraude (Cressey, 1953), as Teorias Econômica do Crime e da Ação Racional (Becker, 1968) e a Teoria das Oportunidades (Cohen & Felson, 1979). No Brasil, diversos estudos abordam a temática da corrupção (Boll, 2010; Filgueiras, 2006; Filgueiras, 2009; Marani, Brito, Souza & Brito, 2018; Miranda, 2018; Oliveira Júnior, Costa & Mendes, 2016; Schramm, 2018; Sobral, 2014), no entanto, a literatura nacional não é homogênea (Marani *et al.*, 2018).

No que diz respeito às práticas profissionais no âmbito governamental brasileiro, a atuação interna direta das esferas administrativas combinada à coordenação e ações dos entes fiscalizadores internos resultam em práticas e edição de soluções e artefatos de gestão como propostas e bases para suas ações de resposta às fraudes na tipologia corrupção.

Dentre estes documentos, o Referencial de Combate à Fraude e Corrupção (TCU, 2018) foi elaborado com o propósito de compilar o conhecimento prático que vem sendo aplicado pelas organizações e disseminá-lo aos gestores públicos de todas as esferas de governo e aos demais membros das organizações públicas. O Referencial distribui as práticas operacionais em cinco mecanismos de combate à fraude e corrupção: prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento. Cada mecanismo possui, assim, sua importância no processo de resposta ao ilícito dentro das organizações.

Considerando tais abordagens, é importante que exista harmonia entre os estudos e propostas da academia e as práticas adotadas pela gestão e refletidas nas práticas profissionais (Ashforth *et al.*, 2008). A existência de diferentes estudos e teorias, entretanto, não é suficiente se houver “lacunas” no seu entendimento e aplicação. Da mesma forma, o avanço científico pode ser prejudicado pela divergência de ideias e propósitos.

Paradoxalmente, o senso comum posiciona a academia e os profissionais contábeis em áreas aparentemente pouco convergentes na produção e interconexão do conhecimento e sua absorção e utilização nas práticas do setor público. Neste sentido, julga-se necessário compreender como se dá a interconexão destas abordagens e, assim, contribuir para a sua maximização em prol das ações de resposta à prática corrupta no setor público.

Para verificar a questão empiricamente, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a interconexão entre as abordagens acadêmicas e as práticas de gestão utilizadas por profissionais no setor público brasileiro quanto aos conceitos e ações de resposta à fraude e à corrupção. Nesse sentido, a condução do exame se dá por meio da análise de dois grupos de interesse – acadêmicos e profissionais – com foco nas ações para coibir ou nas respostas (dissuasão, prevenção e punição) dadas à ocorrência de corrupção.

Nesse sentido, a presente pesquisa apresenta contribuições sobre o tema por fazer análises comparativas que ampliam e aprofundam o debate e o entendimento sobre como a fraude é tratada pelos grupos que buscam definir e estudar respostas para o fenômeno.

Adicionalmente, apresentam-se as lacunas de integração que podem minimizar as divergências e proporcionar a ampliação do diálogo entre as duas vertentes de construção e aplicação do conhecimento. Assim, investigar o pensamento a respeito da fraude, indicando elementos e problemáticas no debate e na produção intelectual na atualidade, pode se constituir em importante ponto de partida para o estudo das relações políticas e sociais associadas à temática no Brasil (Rangel & Tonon, 2017), uma vez que por meio da conscientização e do ajuste adequado dos sistemas aos tempos de mudança é que se pode iniciar a criação de um governo gerenciado com mais eficiência (Petrucci & Peters, 2017).

2 Fundamentação Teórica

2.1 Fraude e suas tipologias

O fenômeno da fraude não está relacionado exclusivamente a determinado povo, cultura ou segmento social. Trata-se, na verdade, de um fenômeno dinâmico, que pode ser percebido em instituições do mundo inteiro, sejam elas públicas ou privadas, colocando em risco o bem-estar financeiro de todos. Sua definição, também dinâmica, envolve diferentes percepções, que tratam de aspectos como intenção, objeto e benefício adquirido pelo fraudador.

Ressaltando que os atos fraudulentos eram frequentemente chamados de crimes do colarinho branco, o que contrastava com crimes mais violentos, Weisenborn e Norris (1997) definem a fraude como o ato de fazer intencionalmente deturpações de fatos com a intenção de obter vantagem injusta sobre outra pessoa ou organização.

De maneira mais ampla, Hemraj (2004) descreve a fraude como um engano deliberado feito por um ou mais indivíduos para obter ganho material ilícito, com o objetivo de apropriar-se indevidamente de ativos de uma entidade, distorcendo o desempenho financeiro, ou para obter vantagem injusta. Tal definição abrange não só o crime do colarinho branco, mas também crimes como falsificação e peculato.

A concretização do ganho pelo fraudador, entretanto, não seria fator condicionante para a ocorrência de fraude, sendo a intenção o fator mais influente. Neste sentido, a fraude também é definida como o engano deliberado planejado e executado com a intenção de privar outro de propriedade ou direitos, direta ou indiretamente, independentemente de o perpetrador se beneficiar de suas ações (KPMG, 2004). De acordo com Petrucci (2013), a fraude se origina da ganância e do interesse próprio, sendo exacerbada pelas complexidades do ambiente de negócios de hoje.

Definição semelhante é utilizada pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, que considera a fraude como qualquer ato ou omissão intencional com o objetivo de enganar outras pessoas, resultando na perda da vítima e/ou na obtenção de ganho pelo perpetrador (COSO, 2016). No âmbito da pessoa jurídica, como apresentado por Santos (2016), a fraude pode ocorrer contra ou a seu favor. O autor explica que quando a favor da organização ou da alta administração, trata-se da fraude corporativa, mas quando a fraude é praticada contra a organização por seus membros, é a chamada fraude ocupacional, tipologia que será abordada na presente pesquisa.

Ressalta-se ainda que quatro elementos são necessários para a existência de uma fraude: deturpação relevante, a intenção, a confiança e o dano. (Petrucci & Peters, 2017). Este último é, no caso das organizações públicas, um dos mais críticos dentre os quatro critérios, uma vez que os danos nem sempre são claros e a continuidade destas entidades faz com que seja necessário quantificar e aprender com os erros ocorridos. Assim, Petrucci e Peters (2017) afirmam que uma maneira de evitar danos a entidades públicas é ter sistemas bem estabelecidos, com as pessoas apropriadas em posições de supervisão, fornecendo freios e contrapesos.

2.2 Fraude Ocupacional

A compreensão quanto às diferenciações nas tipologias de fraude é importante para a análise da temática, uma vez que influencia as definições e classificações que podem ser consideradas na abordagem do assunto.

Quanto à classificação deste tipo de fraude, foi este o principal objetivo de um grande estudo realizado em 1993 pela ACFE sobre casos de fraude ocupacional. O estudo resultou no primeiro *Report to the Nation on Occupational Fraud and Abuse*, um relatório publicado em 1996 com dados estatísticos sobre o custo da fraude ocupacional, os autores, as vítimas e os vários métodos utilizados para cometê-la. Desde 1996 a ACFE lança edições do relatório, sendo a versão mais recente publicada em 2020.

Para que as fraudes e abusos ocupacionais fossem classificados de acordo com os métodos utilizados para cometê-los, foi desenvolvido pela ACFE um sistema conhecido como *fraud tree*, que apresenta a maioria dos esquemas mais comuns de fraude e abuso ocupacional, senão todos. De acordo com a árvore de fraudes, existem três categorias principais de fraude ocupacional:

- (a) Fraude nas demonstrações financeiras, que envolve a inclusão de informações incorretas ou distorcidas intencionalmente nos demonstrativos financeiros da organização, visando enganar aqueles que confiam nela;

- (b) Desvio de ativos, por meio do roubo ou má utilização de recursos da organização; e
- (c) Corrupção, havendo abuso de poder para o alcance de benefícios privados.

Dentre os três, o tipo de fraude que é geralmente associado pelo senso comum aos políticos, a alguns outros servidores públicos de altos cargos (ou com poderes específicos) e às grandes empresas é a corrupção. Tal tipologia também representa um dos riscos de fraude mais significativos para diversos setores e regiões.

Em relação ao contexto brasileiro, o Barômetro Global da Corrupção (BGC) – América Latina e Caribe, trabalho realizado pela Transparência Internacional, indica que 54% dos brasileiros cidadãos têm a percepção de que a corrupção aumentou nos 12 meses anteriores à pesquisa, e 90% deles avaliam que este ilícito é um grande problema no país (Transparency, 2019).

Concomitantemente ao aumento da percepção da sociedade em relação à corrupção, a literatura voltada para o cenário da administração pública oferece maior ênfase à discussão da corrupção pública, ainda que haja a necessidade de coibição dos três tipos de fraude, o que faz com que a presente pesquisa dê um maior foco à esta tipologia de fraude.

2.3 Definições e Abordagens de Resposta à Corrupção

Na literatura, as discussões voltadas à temática da corrupção geralmente dizem respeito à sua definição, aos fatores ambientais e comportamentais relacionados à sua ocorrência e aos instrumentos de combate do delito. A partir de cada um destes aspectos surgem abordagens acadêmicas diversas.

Quanto ao primeiro ponto, não existe uma definição ou teoria capaz de conceituar o vocábulo “corrupção” de forma definitiva, o que faz com que muitas condutas sejam consideradas corruptas. Neste sentido, é necessário ter cautela e responsabilidade no emprego do termo, uma vez que a forma pela qual se define corrupção influencia na aceitação do que se deseja mensurar, e sobre quais dados devem ser considerados. Definições inadequadas podem resultar em medidas enviesadas, resultados enganosos e recomendações tendenciosas.

De acordo com Miranda (2018) uma das primeiras definições acadêmicas do termo corrupção foi formulada em 1936, pelo cientista político V. O. Key, qual seja: “[a corrupção é o] controle abusivo do poder e dos recursos do governo visando tirar proveito pessoal ou partidário. Tal proveito (...) pode ser na forma de poder ou controle dentro da organização política ou na forma de apoio político por parte de vários indivíduos (...)” (Key, 1936, p. 5-6).

Huntington (1975) também apresenta um conceito de corrupção semelhante, ainda relacionado à corrupção no setor público. O autor explica que, assim como as organizações políticas, os procedimentos políticos também possuem certo grau de autonomia. Na medida em que as autoridades políticas podem ser derrubadas por alguns poucos agentes ou influenciadas por alguns poucos dólares, é que falta autonomia às organizações e procedimentos. Neste sentido, Huntington (1975) considera como corruptas as organizações e os procedimentos políticos que não possuem autonomia.

Brooks (1979), entretanto, critica o uso com máxima liberdade do termo corrupção para situações e práticas extremamente diferentes entre si. Mesmo que em alguns destes casos a utilização esteja correta, o autor considerava válido investigar a natureza estratégica da corrupção em si e para discriminar no uso da palavra.

Buscando mostrar como a economia se aplica ao estudo da corrupção, Silva (1996) também analisou algumas definições utilizadas à época e observou que três principais aspectos estavam envolvidos: (i) um conceito de burocracia e de agente político; (ii) uma noção de separação entre *res* pública e *res* privada; e (iii) a ideia de transferência de renda fora das regras do jogo econômico.

Estas abordagens permitem observar que, assim como constatado por Avritzer, Bignotto, Guimaraes e Starling (2008), uma prática recorrente nos estudos da corrupção é o foco no comportamento dos funcionários do Estado que se desviam de suas funções. Entretanto, assim como as definições utilizadas, as demais abordagens do tema, foram sendo modificadas com o passar do tempo e passaram a incluir fatores comportamentais e ambientais relacionados à sua ocorrência.

Neste sentido, as pesquisas sobre corrupção realizadas no século XX estão associadas a duas principais agendas de pesquisa. A primeira, da década de 1950, trata o tema sob uma perspectiva estrutural-funcionalista, baseada na modernização. Assim, era abordada a relação existente entre corrupção e desenvolvimento político e econômico dos países e entre países capitalistas, seus custos e benefícios. A partir de 1990, entretanto, surge a segunda abordagem, sob uma ótica essencialmente econômica, cuja preocupação estava relacionada aos custos e às externalidades geradas em contextos de ocorrência de corrupção (Filgueiras, 2006; Filgueiras, 2009; Oliveira Júnior et al., 2016).

Nesta nova perspectiva, o *rent-seeking* é visto como o conceito central para estudo da corrupção (Filgueiras, 2008a, 2008, 2009; Oliveira Júnior et al., 2016). O *rent-seeking* permite a compreensão das causas da corrupção ao assumi-la como uma atividade de procura por renda (*rent-seeking*) por meio de um comportamento oportunista e ações ilegais voltadas a propiciar transferências de renda que atendam a interesses particulares em detrimento do interesse público (Oliveira Júnior et al., 2016; Sobral, 2014).

A partir desta ótica, diferentes teorias voltadas à compreensão da corrupção ganham destaque, como a Teoria da Agência (Jensen & Meckling, 1976) e a Teoria da Ação Racional (Fishbein & Ajzen, 1975), que posteriormente evolui para a Teoria do Comportamento Planejado (Ajzen, 1991). Tais teorias tratam a racionalidade dos indivíduos em suas escolhas por meio de julgamentos amorais e interesses individuais, com base no utilitarismo.

Dentre os modelos utilizados na discussão e avaliação dos aspectos comportamentais relacionados à ocorrência da fraude, o Triângulo Cressey (1953) é um dos principais, possuindo grande aceitação pela literatura e por órgãos de controle. De acordo com este modelo, para uma fraude ocorrer, é necessário existir três fatores: pressão, oportunidade e racionalização.

A pressão, também conhecida como motivação ou incentivo, geralmente se trata de um problema financeiro não compartilhável. É o que primeiro motiva o indivíduo para o ato ilícito. A oportunidade, segunda aresta do triângulo, refere-se ao poder e à habilidade de cometer o ilícito. Para Almeida e Alves (2015), a oportunidade corresponde à capacidade de cometimento da fraude com um risco muito baixo de ser descoberto. Já a racionalização, significa que o indivíduo formula uma justificativa moralmente aceitável antes de cometer o ilícito.

No Brasil, a NBC TA 240 (R1), que trata sobre a Responsabilidade do Auditor em Relação à Fraude, apresenta os eventos ou condições que indiquem incentivo ou pressão para que a fraude seja perpetrada ou ofereçam oportunidade para que ela ocorra como fatores de risco de fraude (CFC, 2016). Já o Referencial de Combate à Fraude e à Corrupção, Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública também apresenta o modelo teórico do triângulo da fraude (TCU, 2018).

A literatura nacional utilizou o Triângulo de Cressey (1953) em diferentes abordagens. Aplicando-o ao contexto da Ciência Contábil, Almeida e Alves (2015), por exemplo, buscaram verificar como o profissional de contabilidade se posiciona em relação aos dilemas morais, que envolvem atos ilícitos e o Triângulo de Cressey, no exercício de sua atividade profissional, em um ambiente de convergência aos padrões internacionais de contabilidade.

Os resultados encontrados por Almeida e Alves (2015) corroboraram com o demonstrado no Modelo de Cressey, uma vez que sugerem que, dentro dos cenários propostos, os profissionais de contabilidade se aproveitam de uma eventual troca da empresa de auditoria para efetuar ajustes que beneficiassem o resultado da Companhia (Oportunidade), e justificam este procedimento, pelo fato de ser uma prática comum no mercado (Racionalização), tentando transformar algo antiético em algo aceitável.

Machado e Gartner (2017), por sua vez, verificaram se o triângulo de fraude de Cressey (1953) em conjunto com a Teoria de Agência possibilitam investigar a ocorrência de fraudes corporativas em instituições bancárias brasileiras. Para a dimensão de pressão, os autores constataram que um desempenho abaixo do esperado no período anterior pressionará o gestor quanto à obtenção de desempenhos melhores em períodos posteriores, e isso se refletirá no aumento da probabilidade de esse gestor perpetrar fraudes corporativas.

Para a dimensão de oportunidade, Machado e Gartner (2017) confirmam que instrumentos fracos de governança corporativa impactam positivamente na perpetração de fraudes. Já para a dimensão de racionalização, foram utilizadas as características demográficas dos gestores para acessar a sua estrutura cognitiva, e confirmou-se somente que a predominância do gênero feminino na diretoria executiva contribui com a redução da probabilidade de ocorrência de fraudes corporativas (Machado & Gartner, 2017).

Como observado por Hencsey (2016), mesmo após uma série de discussões, derivações e extensões, o esquema desenhado por Cressey continua sendo o preferido para explicar o que leva as pessoas a cometer desvios de conduta, inclusive por documentos emitidos por órgãos de controle e regulatórios. Assim, ao considerar a ocorrência de fraude como um processo, resultado de ações coordenadas, a literatura busca identificar aspectos comuns aos eventos fraudulentos nas organizações, reconhecendo que uma abordagem preditiva e preventiva necessita da identificação dos principais aspectos, variáveis e fatores de influência.

2.4 Construção do Conhecimento e Aprendizagem Organizacional

O constante desenvolvimento das organizações faz com que o profissional de contabilidade passe por uma constante agregação de competências e responsabilidades, necessitando de uma formação com conhecimentos abrangentes e multidisciplinares. Neste sentido, Cardoso, Souza e Almeida (2006) consideram ser imperativo que se discutam as questões relacionadas à caracterização e adequação do perfil do profissional contador, de modo que ele, efetivamente, esteja preparado para bem cumprir sua missão e papel no âmbito das novas exigências que se fazem à contabilidade.

Neste sentido, como observado por Nascimento, Aragão, Gomes e Casa Nova (2013), espera-se que a universidade capacite profissionais aptos a prover a informação que os usuários anseiam, de maneira tempestiva e fundamentada. Conforme ressaltado por Oliveira, Pizanni e Faria (2015), a construção de uma rede necessária de conhecimentos para exercício profissional do contador atual inicia-se no âmbito acadêmico. Isto, porém, vai além da sala de aula, incluindo as pesquisas realizadas pela academia. Paralelamente, a dinamicidade do ambiente organizacional também faz com que o processo de

adaptação das organizações como estratégia para se obter maior eficiência também tenha sua importância enfatizada (Torres, 2006).

Este cenário de adaptação mútua faz com que ao tema da Aprendizagem Organizacional ganhe destaque na literatura e no campo organizacional. Barbosa *et al.* (2003) explicam que a aprendizagem organizacional é elo construtivo entre organizações e pessoas, o que contribui para a melhoria do desempenho e da produtividade, bem como para as melhores condições de trabalho. Para Torres (2006), a aprendizagem organizacional é um campo que estuda a construção do conhecimento vigente em uma organização mediante adaptações progressivas de novas ideias e intercâmbio de experiências, instrumentalizando ações e práticas de caráter prescritivo que possam atender às necessidades do ambiente atual. Assim, a aprendizagem pode auxiliar na eficiência das organizações, transformando novos conhecimentos em ações.

Apesar das visões positivistas da aprendizagem, com base na crença de que benefícios sempre fluirão para a organização, Bastos, Gondim, Loiola (2004) ressaltam que críticas são feitas em relação a este posicionamento, sendo o “desaprender” importante para superar esses aspectos negativos. Uma vez que a organização também pode aprender o que é errado (Guimarães, 2004), condutas indevidas também podem resultar deste processo. Assim, desaprender antigas condutas e abordagens pode ser fundamental para o avanço organizacional eficiente.

Considera-se que a partir da compreensão dos conhecimentos necessários para o profissional de contabilidade e da compreensão de construção do conhecimento por parte da organização, torna-se possível a analisar qual o perfil de conhecimento necessário e suficiente para a resolução de conflitos e pressões organizacionais.

Assim, a aprendizagem organizacional alinhada à capacitação acadêmica pode resultar em uma maior eficiência dos órgãos públicos e do exercício da contabilidade. Além disso, quando se trata da interação entre o ambiente acadêmico e o ambiente prático de atuação profissional, existe a possibilidade de que, durante o processo de construção do conhecimento seja necessário desaprender modelos previamente construídos, a fim de que uma maior eficiência na atuação das partes seja obtida, como sugerido por Bastos *et al.* (2004).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 População e Amostra

Para estudar a interconexão entre a academia e as práticas profissionais relacionadas às ações para coibir a corrupção no Brasil, exige-se a interlocução multidisciplinar de áreas como, entre outras, contabilidade, economia, administração, direito e ciência política (Abreu, 2011), o que traz a quase impossibilidade de mensuração objetiva da população passível de ser analisada e envolvida neste tipo de estudo.

Assim, considerando a multiplicidade e abrangência da população passível de ser analisada, para capturar elementos dos grupos representativos dos dois extratos centrais do estudo, acadêmicos e profissionais, a amostra desta pesquisa centrou-se em definir representantes dos segmentos de estudo: a área acadêmica e a área profissional.

Para conhecer as dimensões relacionadas à academia, o grupo representativo deste segmento foi formado por docentes e pesquisadores que, mesmo não ligados diretamente a instituições de ensino, realizam estudos sobre a temática da fraude. Devido ao aporte de diferentes áreas da ciência para a análise da temática, como identificado por Abreu (2011), esse grupo foi formado não só por acadêmicos de contabilidade, mas também por não-contabilistas, como economistas, administradores e cientistas políticos nacionais. Tal definição visa controlar o viés da multiplicidade de visões sobre o tema, uma vez que captura a multidisciplinariedade temática, mas mantém o foco na área de conhecimento das ciências sociais.

Para compor a esfera profissional, e seguindo a mesma lógica da representatividade multidisciplinar controlada, o grupo de estudo foi composto por contadores, auditores e controladores, bem como profissionais de áreas correlatas a estas, de órgãos públicos de todas as esferas de governo (federal, estadual ou municipal). A escolha deste grupo se justifica por serem atores relevantes no ambiente da organização pública, além de terem relação direta e cotidiana com o tema abordado, por dever de ofício (Perera, Freitas & Imoniana, 2014).

3.2 Construtos e modelo conceitual

Para verificar os elementos centrais presentes na abordagem da gestão ou dos profissionais sobre o tema da corrupção e as medidas para a coibir que são adotadas, foi utilizado como elemento central de referência o Referencial de Combate à Fraude e à Corrupção (TCU, 2018). A escolha deste referencial baseia-se na constatação de que outros documentos correlatos, normas e padrões, como o Guia de Integridade Pública (CGU, 2015) e a ISO 37001 (ABNT, 2017), foram consultados e utilizados pelo TCU em

seu processo de elaboração, o que faz com que o documento seja considerado abrangente e alinhado aos demais.

Do exame deste Referencial, observa-se que, quanto à sua composição central, estão presentes os seguintes elementos centrais para coibição à corrupção: prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento (TCU, 2018). Cada um dos mecanismos possui um conjunto de componentes que contribuem para o alcance do seu objetivo (Figura 1), e para cada componente o Referencial associa um conjunto de práticas, que se referem ao detalhamento das atividades no seu nível mais operacional (TCU, 2018).

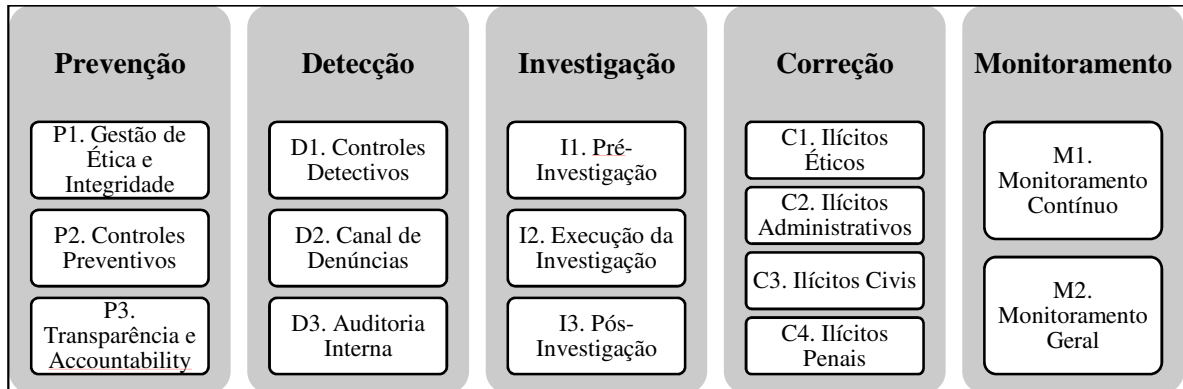


Figura 1 - Componentes dos mecanismos de coibição à fraude
 Fonte: TCU (2018)

Considerando a presença concomitante dos elementos prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento na abordagem acadêmica e profissional, estes foram incorporados pelo trabalho como construtos centrais a serem examinados. Em relação ao conceito, considerando a heterogeneidade das descrições acadêmicas nacionais, é utilizado no estudo o descrito no Referencial, qual seja: o abuso de poder, o falseamento ou a ocultação da verdade, com vistas a enganar terceiros e obter vantagem indevida para si ou para outrem (TCU, 2018).

A partir da delimitação do construto central a ser examinado, buscou-se delinear um modelo conceitual que reflita os aspectos de interconexão da academia e profissão. A Figura 2 representa as interfaces da interconexão e da desconexão dos esforços e ações dos grupos, academia e profissionais, consideradas no modelo conceitual da pesquisa.

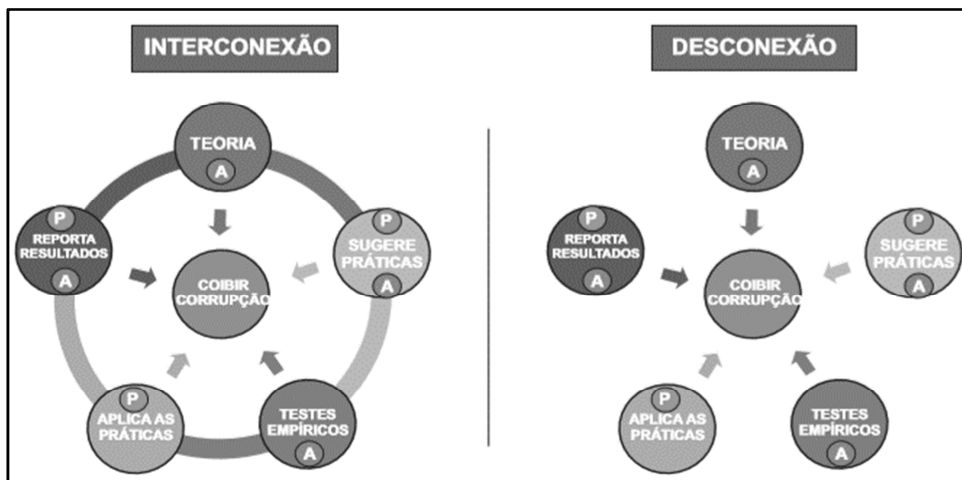


Figura 2. Modelo conceitual de interconexão e desconexão dos grupos
 Fonte: Elaboração própria. Nota: P = Profissionais; A = Acadêmicos.

Resumidamente, conforme Figura 2, o modelo propõe que, em sua versão virtuosa, para construção de conhecimento e boas práticas, as teorias propostas pela academia que tratam meios de resposta à ocorrência de corrupção podem sugerir práticas a serem utilizadas e testadas por outros acadêmicos e por profissionais que atuam no ambiente institucional. Ressalta-se que as próprias organizações podem utilizar medidas anticorrupção que não possuem embasamento teórico prévio, mas que podem ter sua eficácia verificada pelos acadêmicos, gerando sua sustentação teórica ou recomendando sua supressão.

Após a aplicação e teste das possíveis ações de resposta à corrupção, os resultados encontrados devem, então, serem analisados pelas partes, de modo que a academia consiga verificar a necessidade de

manutenção ou aprimoramento dos sistemas, bem como as organizações possam reavaliar as práticas por elas utilizadas. Assim, têm-se um ciclo de ações que contribui para o avanço da temática da corrupção em ambos os ambientes, acadêmico e profissional. No que tange a desconexão das partes, em ocorrendo a existência de lacunas neste processo ou entre os grupos, seria prejudicial ao espiral crescente de coibição da corrupção.

3.3 Procedimentos e instrumento de coleta

A coleta de informações sobre as práticas profissionais e as visões da academia sobre o tema foi realizada com a utilização de *survey*, com a aplicação de dois questionários eletrônicos estruturados, um para cada grupo de análise, formatados considerando os tipos, a ordem, os grupos e a formulação das perguntas, como sugerido por Marconi e Lakatos (2003). Os questionários foram disponibilizados na *internet* e seus *links* de acesso foram compartilhados por *e-mail* e rede de relacionamentos dos autores.

Divididas entre os construtos prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento, assertivas compilaram 55 práticas de coibição à fraude identificadas a partir de pesquisa bibliográfica, em especial do Referencial de Combate à Fraude e à Corrupção (TCU, 2018), elemento central de referência. A forma de coleta dos dados foi delineada para permitir a escolha pelo respondente, de forma livre, dentre as práticas apresentadas, daquelas que consideram principais. Enquanto a chamada apresentada aos profissionais solicitava a identificação das práticas utilizadas nas organizações, a apresentada aos acadêmicos solicitava a identificação das práticas consideradas por ele como importantes. Este formato foi estabelecido para permitir a medição de frequência do item.

O construto de monitoramento, por sua característica dual, ou seja, ser ou não realizado e de forma contínua ou não contínua, teve apresentação diversa e permitiu a indicação de apenas uma resposta, o que viabiliza a comparação entre grupos para análise de resultados.

Por fim, a última parte da coleta de dados buscou captar a visão dos grupos quanto à eficiência de outras 15 práticas antifraude, não mais subdivididas em construtos e sim em relação às publicações, modelos ou outros documentos utilizados como Estruturas ou Referenciais antifraude e ainda identificar as principais fontes de informação sobre fraudes utilizadas para a propagação do conhecimento gerado sobre o tema.

3.4 Procedimentos de consolidação dos resultados

Para possibilitar a consolidação dos resultados obtidos, os questionários foram segmentados em seu aspecto demográfico e central, sendo tratados essencialmente através da apuração da frequência por item.

Inicialmente, para estimar a confiabilidade dos resultados obtidos, o coeficiente alfa de Cronbach (Cronbach, 1951) foi utilizado para medir a consistência interna dos questionários. Quanto à interpretação do coeficiente, considerando que os valores encontrados geralmente variam entre zero e 1, entende-se que a consistência interna de um questionário é tanto maior quanto mais perto de 1 estiver o valor da estatística (Matthiensen, 2011).

Hora, Monteiro e Arica (2010) afirmam que, apesar de não existir um consenso entre os pesquisadores acerca da definição de valor mínimo e máximo aceitável, grande parte da literatura utiliza o valor de 0,70 como o mínimo aceitável (abaixo disto, a consistência interna da escala é considerada baixa) e 0,95 como o máximo aceitável (acima disso, considera-se que há duplicação ou redundância nos itens). Neste sentido, os valores 0,70 e 0,95 foram utilizados como parâmetro nesta pesquisa.

Após validadas e apuradas as frequências de itens e agrupamentos para as respostas abertas, inicia-se o processo de comparação de grupos a partir da segmentação em construtos de cada grupo para reunir as práticas que foram imputadas como utilizados e/ou importantes. Para fins de consolidação e mensuração das práticas, foram considerados os seguintes aspectos:

- para o questionário dos acadêmicos, quanto maior a frequência de cada item, maior a importância dele para este grupo;
- para o questionário dos profissionais, quanto maior a ocorrência de cada item, maior sua utilização pelas organizações e por este grupo.

Para definir se a ocorrência de cada item será considerada como “menor” ou “maior”, sua frequência foi dividida em percentuais, o que possibilita sua classificação. Assim, para a integração dos resultados foi utilizada uma classificação nominal de resposta que segue o padrão constante da Tabela 1, de acordo com seu percentual de ocorrência (frequência).

As classificações atribuídas aos itens de cada construto foram, posteriormente, comparadas, propiciando a análise da interconexão das abordagens acadêmicas e das práticas de gestão utilizadas por profissionais no setor público do Brasil. Foi atribuída a interconexão de abordagens quando os grupos atribuíam classificações iguais às práticas, e desconexão quando os grupos atribuíam classificações diferentes.

Tabela 1

Classificação da frequência dos itens

Classificação	Percentual
Não importante	0,00%
Pouco importante	De 0,01% até 33%
Importante	De 33,01% até 66%
Muito importante	Acima de 66%

Nota. Elaboração própria.

Quanto à desconexão, essa tipologia foi subdividida, nesta pesquisa, em “menor” (tipo 1) ou “maior” (tipo 2), de modo que quando o item apresentava uma diferença entre percentuais atribuídos pelos grupos maior que 33%, apresentando classificações de frequência muito diferentes, a desconexão foi considerada como do tipo 2 (maior desconexão), conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2

Classificação da comparação das visões dos grupos quanto às práticas

Grupo 1	Grupo 2	Classificação
Não importante	Não importante	Interconexão
Pouco importante	Pouco importante	
Importante	Importante	
Muito importante	Muito Importante	
Não importante	Pouco importante	Desconexão tipo 1 (Menor desconexão)
Pouco importante	Importante	
Importante	Muito Importante	
Não importante	Importante	Desconexão tipo 2 (Maior desconexão)
Não importante	Muito Importante	
Pouco importante	Muito Importante	

Fonte: Elaboração própria

Por fim, após o levantamento das classificações atribuídas, o percentual de interconexão ou desconexão encontrado entre os grupos foi obtido e, por fim, integrados ao modelo classificatório constante da Tabela 3, novamente dividindo os resultados em quatro partes.

Tabela 3

Classificação final da interconexão ou desconexão

Classificação		Percentual
Interconexão	Desconexão	
Não existente	Não existente	0,00%
Baixa	Baixa	De 0,01% até 33%
Moderada	Moderada	De 33,01% até 66%
Alta	Alta	Acima de 66%

Nota. Elaboração própria.

Assim, nesta etapa final, a conexão ou desconexão encontrada por meio da comparação das classificações atribuídas pelos grupos foram classificadas de acordo com o percentual obtido possibilitando a discussão dos resultados. Entretanto, considerando que não há pesquisas na literatura que fundamente tal classificação, ressalta-se que uma alteração na distribuição pode influenciar na apresentação e análise dos resultados.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

O instrumento de pesquisa direcionado aos profissionais obteve 77 respostas, enquanto o questionário voltado aos acadêmicos alcançou 81 respostas. Entretanto, ressalta-se que as respostas recebidas foram avaliadas, a fim de identificar a necessidade de exclusão de respostas da amostra, tendo como principais pontos de análise a validade do perfil dos respondentes, a validade das respostas recebidas (evitando duplicidades de respostas, por exemplo) e demais fatores que pudessem prejudicar os resultados. Assim, o valor final da amostra analisada foi definido somente após a validação das respostas e a análise da consistência interna por meio do o coeficiente alfa de Cronbach (Cronbach, 1951).

Após análise de consistência interna, que resultou em exclusões de 28,4% dos instrumentos, restaram válidos 62 questionários de profissionais (80,5% do total do grupo) e 51 questionários de acadêmicos (62,9% do total do grupo), sendo essa a amostra analisada pela pesquisa. Quanto aos procedimentos de validade interna do instrumento, os valores do coeficiente alfa de Cronbach estão apresentados na Tabela 4 e foram aplicados para os construtos de múltiplas escolhas, o que exclui o de Monitoramento.

Tabela 4
Resultados do coeficiente alfa de Cronbach

Constructo	Valor do α	
	Profissionais	Acadêmicos
Prevenção	0,94	0,92
Detecção e Investigação	0,91	0,91
Monitoramento	-	-
Correção	0,70	0,83
Ações eficientes	0,85	0,83

Nota. Elaboração própria.

Assim, todos os construtos apresentaram coeficientes que estão entre o mínimo e máximo aceitável para este estudo, ou seja, valores 0,70 e 0,95 (Hora, Monteiro, & Arica, 2010) indicando consistência interna e confiabilidade de ambos os questionários.

4.1 Exame do Perfil dos Respondentes

A análise dos perfis dos respondentes de ambos os grupos foi importante para a compreensão de fatores que podem influenciar nas respostas obtidas para os constructos e assim contribuir para uma melhor discussão e interpretação dos resultados e suas limitações

Por ser tema multidisciplinar, os respondentes dos dois grupos são oriundos de diversas áreas de conhecimento. Dentre os dois grupos, os respondentes são majoritariamente da área contábil, sendo 60,8% no grupo de acadêmicos e 51% no grupo de profissionais. Tal achado pode ser decorrente da disseminação maior do instrumento de coleta entre os pares da área contábil, ambiente do pesquisador, e não necessariamente por representar o maior quantitativo de estudiosos ou profissionais em exercício no país. A ressalva quanto a um possível viés de *locus* de aplicação deve ser enfatizada para possibilitar um adequado balizador a análise dos resultados alcançados e sua abrangência.

Quanto aos acadêmicos, estes eram, em sua maioria, professores universitários (80,4%). Quanto ao tempo de exercício profissional, a maior parte dos respondentes de ambos os grupos afirmam possuir mais 10 anos de exercício. Entretanto, quando comparados, a quantidade de acadêmicos nesta faixa de tempo de exercício é superior, o que pode indicar que tais respondentes possuem maior experiência e conhecimento quanto à importância e eficiência de medidas de coibição à corrupção, quando comparados àqueles que possuem pouco tempo de exercício.

O maior tempo de exercício encontrado para os acadêmicos pode decorrer do fato de que mais de 80% dos respondentes são professores de Universidades, o que pode atribuí-los estabilidade na carreira acadêmica quando estes lecionam em instituições públicas, fazendo com que o tempo de exercício em um mesmo cargo seja prolongado. Semelhantemente, o fato de que a maior parte dos respondentes atua em universidades pode ter impactado na divergência encontrada para o nível de formação dos grupos. Enquanto 62,9% dos profissionais informou ter a especialização como maior nível de formação concluído, os acadêmicos são, em sua maioria, mestres (50,98%) e doutores (31,37%), o que pode advir da necessidade do título de mestre ou doutor para a ocupação do cargo de professor nas Universidades.

A última questão da seção 02 buscava, por fim, identificar a abrangência geográfica das respostas. Para o questionário dos profissionais, foram obtidas respostas válidas de 18 estados do Brasil e do Distrito Federal. As regiões Nordeste e Sudeste foram responsáveis pelos maiores percentuais de respostas, concentrando 35,5% e 29% do total, respectivamente. Em relação ao questionário voltado aos acadêmicos, foram recebidas respostas de 10 estados brasileiros, sendo o Nordeste e o Sudeste, para este grupo também, as regiões com maior percentual de respondentes, com 80,4% e 13,7% do total recebido, respectivamente.

A obtenção de uma maioria de respostas advinda do Nordeste para os dois grupos é considerada importante, uma vez que as regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores ICGs - Índice de Corrupção Geral por estado brasileiro (Azevedo, Oliveira, Buch, Nascimento, & Silva, 2018).

Assim, tem-se que o grupo dos acadêmicos tem como perfil médio respondentes do Nordeste, cuja principal área de formação é a contabilidade, sendo o mestrado o maior nível de formação concluído. Ademais, a maior parte dos respondentes deste grupo é professor universitário, com tempo de atuação superior a 10 anos e com a contabilidade como principal área de ensino ou pesquisa.

Quanto ao perfil médio dos profissionais, identificou-se que estes são do Nordeste, auditores, inseridos na administração direta ou em autarquias, com mais de 10 anos de atuação. Tais respondentes também possuem a contabilidade como principal área de formação, mas a especialização é maior nível de formação do respondente.

4.2 Análise Dos Construtos Centrais

Dentre as 70 práticas distribuídas entre as etapas Prevenção, Detecção e Investigação e Correção, bem como daquelas apresentadas na última questão do formulário, que captava a percepção dos respondentes quanto à eficiência das medidas, 43 (61,43%) obtiveram a mesma classificação de importância por ambos os grupos, o que indica que há conexão mediana para a maioria das ações utilizadas para coibir a fraude apresentadas. Tais resultados são observados de forma detalhada por meio da Figura 3, que apresenta os percentuais de conexão e de desconexão entre os grupos obtidos para cada um dos construtos analisados.

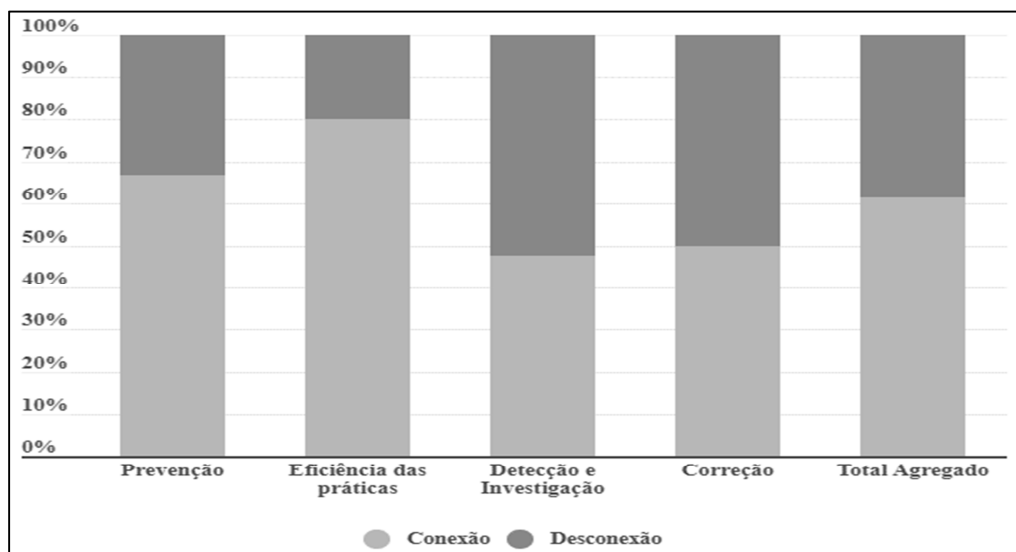


Figura 3. Percentuais de conexão e de desconexão entre os grupos quanto à classificação das práticas apresentadas

Fonte: Elaboração própria.

A Figura 3 permite observar que o percentual mínimo de conexão entre os grupos é de cerca de 50% para todos os construtos. Dentre os construtos centrais analisados, Prevenção foi o que apresentou maior nível de conexão, com 66% das práticas apresentando a mesma classificação pelos grupos. Tais resultados podem advir do fato de que, por ser uma etapa inicial e anterior à ocorrência do ato corrupto, maiores esforços podem ser auferidos pelas organizações para esta etapa, com o objetivo de o evitar.

Ao classificarem as práticas preventivas de maneira mais homogênea, os resultados ainda corroboram com Mendes, Oleiro e Quintana (2008), quanto à ideia de que a sociedade brasileira passou a se organizar e, em consequência, exigir uma maior transparência e *accountability* (um dos componentes do elemento de prevenção) na gestão da *res publica*.

Além disso, as práticas preventivas são as que mais se relacionam à redução da Oportunidade de ocorrência da corrupção, que se refere a um dos fatores apresentados por Cressey (1953) como necessários para a existência do ilícito. Assim, os resultados corroboram com a necessidade de utilização de mecanismos de prevenção à corrupção que possam mitigar os riscos de oportunismo proativamente (Albrecht, Albrecht, Albrecht & Zimbelman, 2009; Lorente, 2016).

A questão que verificava a eficiência das práticas indicadas por normas e pela literatura, informação complementar, também indicou uma grande quantidade de classificações interconectadas. Dentre todas as práticas apresentadas, aquelas inseridas neste construto foram as que apontaram maior interconexão entre os grupos, com 80% de conexão. Este resultado indica que a percepção da academia quanto à eficiência das práticas de resposta à fraude apresentadas possui alta conexão com a percepção dos profissionais em relação a tais práticas.

As etapas Detecção e Investigação e Correção apresentaram os menores níveis de interconexão entre os grupos, com cerca de 50% das práticas com a mesma classificação em ambos os construtos. Tais etapas são posteriores à ocorrência da corrupção e, portanto, tendem a receber atenção menor do que a oferecida à etapa de Prevenção, o que pode resultar em menor utilização de tais medidas pelas organizações.

Além disso, práticas detectivas, investigativas e corretivas tendem a ser de responsabilidade de outros órgãos, como a CGU. Quanto a este ponto, Vieira e Barreto (2019) afirmam que, na fase de investigação, a divisão de responsabilidades entre as várias burocracias públicas promove a sobreposição de responsabilidades. Machado e Paschoal (2016) ressaltam ainda que, no Brasil, o sistema de responsabilização por atos de corrupção carece de maior coordenação intra e interinstitucional.

Dentre as medidas que apresentaram conexão para a etapa Detecção e Investigação, a maioria delas estava relacionada à Detecção da fraude. Assim, os resultados indicam que, em relação a essa etapa, os grupos apresentaram maior desconexão para a classificação das práticas investigativas. A etapa de Monitoramento, por sua vez, apresentou alta desconexão entre os grupos. A Figura 4 apresenta os percentuais de respostas obtidos para esta etapa, de acordo com os grupos.

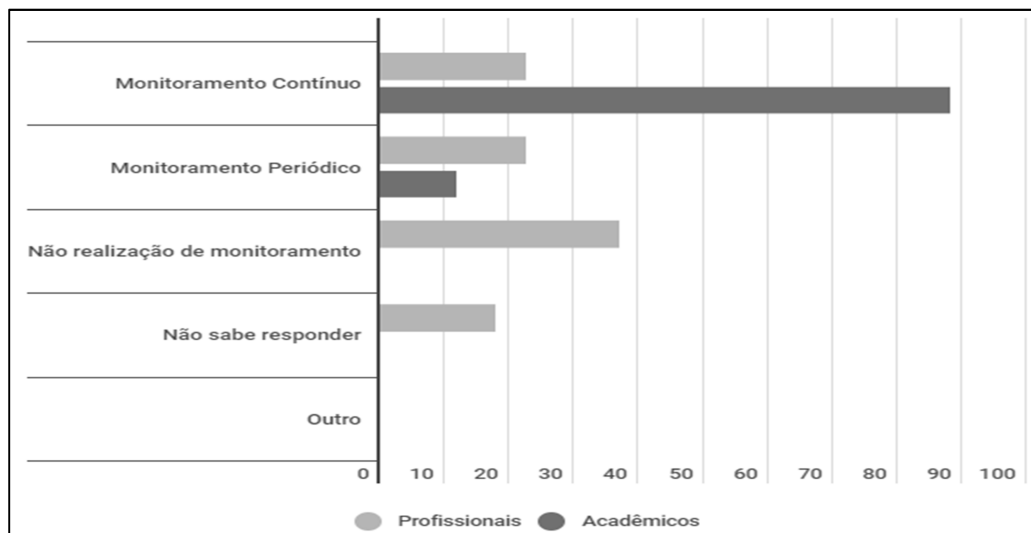


Figura 4. Resultados obtidos para a etapa de monitoramento

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados indicam que todos os acadêmicos consideram que deve haver monitoramento, de modo que 88,2% afirmam que esse monitoramento deve ser realizado continuamente. Tais resultados, estão de acordo com a importância dada pelo TCU (2018) à prática, uma vez que, segundo o órgão, se realizado de forma contínua, o monitoramento permite que a necessidade de ajustes seja identificada e sanada, de modo que falhas nas práticas realizadas pela organização ou nos controles internos não sejam exploradas por um fraudador ou corrupto.

Entretanto, menos da metade (45,2%) dos profissionais afirmam que essa etapa é realizada nas organizações nas quais estão inseridos, sendo o monitoramento do tipo contínuo praticado em apenas 22,6% delas. Além disso, 37,1% dos profissionais afirmam que o monitoramento não é realizado em suas organizações. Neste sentido, os resultados indicam que, apesar de ser uma etapa considerada Muito Importante pelos acadêmicos, o monitoramento não é efetivamente executado dentro das organizações.

A implantação deste tipo de monitoramento exige a atuação contínua de diversos setores da organização, o que nem sempre é possível em todos os órgãos da administração pública, podendo resultar na baixa frequência de utilização desta prática pelas organizações. Entretanto, considerando que o monitoramento do tipo contínuo possibilita a avaliação contínua dos processos e controles internos por meio de relatórios que são gerados de forma automatizada, a não utilização desse procedimento pode prejudicar a identificação de violação às regras.

Por fim, ressalta-se que a interconexão identificada para os grupos também leva em consideração a classificação de práticas como Pouco Importantes ou Pouco Eficientes por ambos, o que indica que mesmo que elas sejam utilizadas pelas organizações e até mesmo indicadas por referenciais, normas ou pela literatura, não são, necessariamente, as melhores e mais eficazes.

Tal interconexão dos grupos quanto à existência de práticas Pouco Importantes corrobora com a concepção de Bastos et al. (2004) de que o “desaprender” condutas e abordagens pode ser resultar em avanço organizacional eficiente.

4.3 Análise dos Resultados Complementares

De forma complementar, o questionário buscou verificar as principais publicações, modelos ou outros documentos utilizados ou indicados pelos grupos como Estruturas ou Referenciais práticos antifraude, verificar as principais fontes de comunicação entre a academia e as organizações, além de captar a eficiência por eles atribuída a diferentes medidas antifraude apresentadas.

Os resultados indicam que os profissionais apontam, principalmente, o uso de códigos de ética e conduta (20 respostas) como referenciais práticos antifraude dentro da organização. Além disso, os profissionais também apontaram, entre outros, o uso de leis e normas, além de livros, artigos, do COSO e do próprio Referencial de combate à fraude e à corrupção.

Semelhantemente, os documentos mais apontados pelos acadêmicos foram os códigos de ética e conduta, leis, normas, regulamentos e publicações dos órgãos de controle. Entretanto, a grande quantidade de respostas não condizentes com a questão (21 respostas), além das 18 respostas do tipo “não sabe”, “não conhece” ou que não apresentaram nenhuma resposta indicam que os acadêmicos, em sua maioria, desconhecem documentos que podem ser utilizados como estruturas ou referenciais antifraude.

Quanto aos Códigos de Ética, os resultados confirmam a importância atribuída pela literatura a tais instrumentos, que destaca sua elaboração como uma das etapas necessárias para a implantação de qualquer programa de *compliance* (Scharamm, 2017) e por outros normativos, como o Decreto nº 1.171/1994. Assim, ainda que os códigos de ética e conduta não sejam suficientes para a não ocorrência de atos ilícitos, tais documentos são importantes meios de prevenção e necessários para a implantação de qualquer “cultura de *compliance*”, também como medida preventiva.

Já em relação à identificação de leis, normas e regulamentos como referenciais antifraude, tais resultados atribuem a ideia de conformidade normativa e indicam que os respondentes não conhecem ou não seguem demais Estruturas e Referenciais apontados por órgãos como o CGU e o TCU. Além disso, os resultados podem estar relacionados ao perfil dos respondentes, uma vez que parte deles tem o direito como área de formação.

Quanto às fontes utilizadas para capturar as informações relacionadas à fraude produzidas pela academia, os profissionais apontam a comunicação de massa (como jornais, revistas, TV, rádio, internet) e os artigos publicados em periódicos e anais de congressos como as principais, sendo a elas atribuídas, respectivamente, 43,55% e 41,94% das respostas. Semelhantemente, os acadêmicos identificaram a comunicação de massa como principal meio de comunicação ao ambiente profissional (34%). Entretanto, este segundo grupo apontou a publicação de artigos como o meio menos eficiente para essa troca de informações, constando em apenas 18% das respostas.

5 Conclusões

Considerando a necessidade de atuação harmônica e integrada entre a academia e a classe profissional nas questões relacionadas à prevenção e resposta à fraude e corrupção, a pesquisa objetivou analisar a interconexão entre as abordagens acadêmicas e as práticas de gestão utilizadas por profissionais no setor público brasileiro quanto aos conceitos e ações de resposta à fraude e à corrupção.

Por meio de dois *surveys*, os resultados obtidos indicam que as abordagens dos grupos analisados em relação às ações práticas de resposta à fraude estão conectadas ao nível de 61,43%, uma vez que 43 medidas apresentadas obtiveram a mesma classificação de importância por ambos os grupos. Tal resultado indica, de acordo com a estratificação utilizada, que há conexão mediana para as ações utilizadas para coibir a fraude apresentadas.

O maior número de conexão foi obtido para a atribuição de eficiência às práticas apresentadas, seguida pelas classificações de importância dadas às práticas da etapa de Prevenção. Quanto à desconexão, o constructo Monitoramento foi o que apresentou maior divergência entre os grupos.

Ressalta-se, porém, que a interconexão identificada para os grupos não significa, necessariamente, que as práticas são as melhores e mais eficazes. Tal ressalva é necessária porque a conexão também leva em consideração a classificação de 12 destas práticas como Pouco Importantes ou Pouco Eficientes por ambos os grupos, ainda que elas sejam utilizadas pelas organizações e até mesmo indicadas por referenciais, normas ou pela literatura.

A interconexão dos grupos quanto à existência de práticas Pouco Importantes corroboram com a concepção de que o “desaprender” antigas condutas e abordagens pode ser resultar em avanço organizacional eficiente. Além disso, a identificação de somente três práticas como Muito Importantes por ambos os grupos indica a necessidade de análise quanto à necessidade de aprimoramento ou revisão de tais medidas, levando em consideração as características das diversas instituições públicas brasileiras.

Neste sentido, considerando a homogeneidade na abordagem da temática, a pesquisa contribui com a literatura por identificar como os acadêmicos e os profissionais do setor público do Brasil classificam as práticas de coibição à fraude e corrupção, e por identificar a interconexão existente entre os grupos. Assim, a análise comparativa ampla e aprofunda o debate sobre a abordagem da fraude pelos grupos que buscam definir e estudar respostas para o fenômeno.

Por meio dessa identificação, é possível direcionar ações conjuntas que ajudem a construir meios de resposta ao ilícito, reavaliar as práticas utilizadas pelas organizações e aprimorar os sistemas, contribuindo para o avanço da mitigação da corrupção.

Adicionalmente, apresentam-se as lacunas de integração que podem minimizar as divergências e proporcionar a ampliação do diálogo entre as duas vertentes de construção e aplicação do conhecimento. Assim, investigar o pensamento a respeito da fraude, indicando elementos e problemáticas no debate e na

produção intelectual na atualidade, pode se constituir em importante ponto de partida para o estudo das relações políticas e sociais associadas à temática no Brasil (Rangel & Tonon, 2017), uma vez que por meio da conscientização e do ajuste adequado dos sistemas aos tempos de mudança é que se pode iniciar a criação de um governo gerenciado com mais eficiência (Petrucci & Peters, 2017).

A constatação da interconexão entre os grupos, como proposto por meio do modelo conceitual, ratifica que o conhecimento construído e as teorias propostas pela academia, quando conectados à atuação profissional no ambiente institucional, favorecem a coibição à fraude e à corrupção, gerando sua sustentação ou recomendando sua supressão.

Os resultados sugerem ainda a necessidade de uma maior divulgação, pelas organizações, dos documentos a serem utilizados como estruturas e referenciais antifraude e corrupção, a fim de oferecer ampla visibilidade aos elementos e abordagens de resposta à corrupção.

Ressalta-se que o estudo apresenta limitações, dentre as quais se destaca o fato de que o tratamento de consolidação dos resultados essencialmente por meio da apuração frequência dos itens, bem como a classificação das frequências e de atribuição e classificação de interconexão ou desconexão não estão baseados em pesquisas que fundamentem tais classificações, o que faz com que uma alteração na distribuição possa influenciar na apresentação e análise dos resultados. Além disso, o tamanho da amostra e sua composição também é um fator limitador, uma vez que, principalmente entre os acadêmicos, pode ser considerada pouco homogênea, sendo mais de 80% formada somente por docentes universitários, e menos de 20% equivalente a discentes e pesquisadores da área de estudo.

Igualmente, essa pesquisa se limitou a verificar as visões dos grupos, sem considerar demais fatores exógenos, como aspectos ambientais, sociais, econômicos, regionais, entre outros. Nesse sentido, considerando que tais variáveis podem exercer influência na ocorrência da fraude e na percepção dos sujeitos, sugere-se que sejam realizados estudos que considerem outros determinantes, além de utilizar uma amostra mais expressiva e homogênea, se aprofundando em construtos específicos.

REFERÊNCIAS

- Abreu, C. (2011). *A Economia da Corrupção nas Sociedades Desenvolvidas Contemporâneas* [The Economy of Corruption in Contemporary Developed Societies]. (1st ed.) Porto, Portugal: CEPESE.
- Albrecht, W. S., Albrecht, C. C., Albrecht, C. O., & Zimbelman, M. (2009). *Fraud Examination*. 3rd ed. South-Western Cengage Learning.
- Almeida, S.R.V., & Alves, F. J. S. (2015). Testando o Triângulo de Cressey no contexto da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: um estudo empírico sobre comportamento ético de profissionais de contabilidade [Testing the Triangle Cressey in the Context of Convergence with International Accounting Standards: an empirical study on the ethical behavior of accounting professionals]. Santa Maria, Brasil: *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 8(2), 282-297. <https://doi.org/10.5902/1983465910893>
- Ajzen, I. (1991). The Theory of Planned Behavior. *Organizational Behavior And Human Decision Processes*, 50 (2), 179-211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- ABNT NBR 37001. (2017). *Sistemas de gestão antissuborno: Requisitos com orientações para uso* [Anti-bribery Management Systems: Requirements with guidelines for use]. Rio de Janeiro, Brazil: Associação Brasileira De Normas Técnicas.
- Association Of Certified Fraud Examiners (ACFE). (2012). *Report to the Nations on Occupational Fraud and Abuse*.
- Association Of Certified Fraud Examiners (ACFE). (2016). *Report to the Nations on Occupational Fraud and Abuse*.
- Association Of Certified Fraud Examiners (ACFE). (2018). *Report to the Nations on Occupational Fraud and Abuse*.
- Ashforth, B. E., Gioia, D. A., Robinson, S. L., & Treviño, L. K. (2008). Re-viewing organizational corruption. *Academy of Management Review*, 33(3), 670-684. <https://doi.org/10.5465/amr.2008.32465714>
- Avritzer, L., Bignotto, N., Guimarães, J. & Starling, H. M. M. (2008). *Corrupção: Ensaio e Críticas* [Corruption: Essays and Criticism]. Belo Horizonte, Brazil: Editora UFMG.
- Azevedo, E. B., Oliveira, A. G., Buch, C. L., Nascimento, T. C., & Silva, C. L. (2018). Corrupção, governança

e desenvolvimento: uma análise seccional de dados para o Brasil [Corruption, governance and development: a cross-sectional analysis of data for Brazil]. *Revista Globalização, Competitividade e Governabilidade*, 12(1), 48-62. <https://dx.doi.org/10.3232/GCG.2018.V12.N1.02>

Barbosa, D. M. C., Almeida, E. F., Bampi, L., Gonçalves, R. N., Pinheiro, T. C. P. R., & Teixeira, V. A. (2003). *A Aprendizagem Organizacional Otimizando Resultados do Tribunal de Contas da União [Organizational Learning Optimizing Results of the Federal Court of Auditors]*. Brasília, Brazil: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Bastos, A. V. B., Gondim, S. M. G., & Loiola, E. (2004). Aprendizagem Organizacional versus Organizações que Aprendem: Características e Desafios que cercam essas duas Abordagens de Pesquisa [Organizational Learning versus Learning Organizations: Characteristics and Challenges Surrounding These Two Research Approaches]. *RAUSP Management Journal*, 39(3), 220-230.

Becker, G. (1968). Crime and Punishment: An Economic Approach. *Journal of Political Economy*, 76(2), 169-217. Retrieved from <https://doi.org/10.2307/2141078>

Boll, J. L. S. (2010). *A corrupção governamental no Brasil: construção de indicadores e análise de sua incidência relativa nos estados brasileiros [Government corruption in Brazil: construction of indicators and analysis of its relative incidence in Brazilian states]*. Porto Alegre, Brazil: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Brooks, R. C. (1979). The Nature of Political Corruption. *Political Science Quarterly*, 24(1). <https://doi.org/10.2307/2141078>

Cardoso, J. L., Souza, M. A., & Almeida, L. B. (2006). Perfil do Contador na Atualidade: um Estudo Exploratório [Current Accountant Profile: An Exploratory Study]. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 3(3), 275-284. <http://dx.doi.org/10.18226/35353535.v5.2016.20>

Cohen, L., & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: a routine approach. *American Sociological Review*, 44, 588-608. Retrieved from <https://doi.org/10.2307/2094589>

Controladoria-Geral Da União (CGU). (2015). *Guia de Integridade Pública: Orientações para a administração pública federal: direta, autárquica e fundacional [Guide of Public Integrity: Guidelines for federal public administration: direct, autarchic and foundational]*. Brasília, Brazil.

Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO) (2016). *Fraud risk management guide executive summary*.

Costa, A. P. P. (2011). *Casos de Fraudes Corporativas Financeiras: antecedentes, recursos substantivos e simbólicos relacionados [Cases of Corporate Financial Frauds: background, related substantive and symbolic resources]*. São Paulo, Brazil: Faculdade Getúlio Vargas.

Costa, A. P. P., & Wood Jr, T. (2012). Fraudes Corporativas [Corporate Fraud]. *Revista de Administração de Empresas*, 52(4), 464-472. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902012000400008>

Cressey, D. R. (1953). *Other people's money: a study in the social psychology of embezzlement*. Glencoe, IL: The Free Press.

Cronbach, L. J. (1951). Coefficient Alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-334. <https://doi.org/10.1007/BF02310555>

Filgueiras, F. (2006). A Corrupção na Política: Perspectivas Teóricas e Metodológicas [Corruption in Politics: Theoretical and Methodological Perspectives]. *Caderno Cedes*.

Filgueiras, F. (2008a). *Corrupção, democracia e legitimidade [Corruption, democracy and legitimacy]*. Belo Horizonte, Brazil: UFMG.

Filgueiras, F. (2008b). Marcos teóricos da corrupção. In: Avritzer, Leonardo et al. (Org.). *Corrupção: ensaios e críticas [Corruption: essays and critics]*. Belo Horizonte, Brazil: UFMG, 353-361.

Filgueiras, F. (2009). Tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social [Corruption tolerance in Brazil: an antinomy between moral norms and social practice]. Campinas, Brazil:

Opinião pública, 15(2), 386-421. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200005>

Fishbein, M. A., & Ajzen, I. (1975). *Belief, attitude, intention and behaviour: An introduction to theory and research*, Reading, Massachusetts, USA: Addison-Wesley.

Guimarães, T. A. (2004). Ambiente de aprendizagem e cultura em organizações: estudo de caso em organização militar [Learning environment and culture in organizations: a case study in a military organization]. *Revista de Administração*, 39(3), 231-241.

Hemraj, M. B. (2004). Preventing corporate scandals. *Journal of Financial Crime*, 11(3), 268-276. <https://doi.org/10.1108/13590790410809202>

Hencsey, A. C. (2016). A definição, o processo de racionalização no triângulo de fraude e a complexidade de sua construção psicológica [The definition, the rationalization process in the fraud triangle and the complexity of its psychological construction]. Working Papers n. 53/2016. Observatório de Economia e Gestão de Fraude.

Hora, H. R. M., Monteiro, G. T. R., & Arica, J. (2010). Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach [Reliability in Quality Questionnaires: A study with Cronbach's Alpha Coefficient]. *Produto & Produção*, 11(2), 85-103. <https://doi.org/10.22456/1983-8026.9321>

Huntington, S. P. (1975). *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança [The Political Order in Changing Societies]*. Rio de Janeiro Brazil: Editora Forense-Universitária; São Paulo, Brazil: Editora da Universidade de São Paulo.

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3, 305-360. [https://doi.org/10.1016/0304-405X\(76\)90026-X](https://doi.org/10.1016/0304-405X(76)90026-X)

Key, V. O. (1936). *The techniques of political graft in the United States*. Chicago, USA: University of Chicago.

Klynveld Peat Marwick Goerdeler (KPMG). (2004). *KPMG Malaysia Fraud Survey 2004 Report*. Kuala Lumpur.

Lorente, V. M. (2016). Corrupção no Brasil e estratégias de combate [Corruption in Brazil and combat strategies]. *Revista Brasileira de Estudos da Função Pública – RBEFP*, 14, 203-257.

Machado, M. R. R., Gartner, I. R. (2017). Triângulo de fraudes de Cressey (1953) e teoria da agência: estudo aplicado a instituições bancárias brasileiras [Cressey's fraud triangle (1953) and agency theory: a study applied to Brazilian banking institutions]. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 14(32), 108-140. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2017v14n32p108>

Machado, M. R., & Paschoal, B. (2016). Monitorar, investigar, responsabilizar e sancionar: A multiplicidade institucional em casos de corrupção [Monitor, investigate, hold accountable and sanction: The institutional multiplicity in corruption cases]. *Novos estudos. CEBRAP [online]*, 35(1), 11-36. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600010001>

Marani, S. C. Z., Brito, M. J., Souza, G. C., & Brito, V. G. P. (2018). Os sentidos da pesquisa sobre corrupção [The meanings of research on corruption]. *Revista de Administração Pública*, 52(4), 712-730. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612175197>

Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica [Fundamentals of scientific methodology]*. (5th ed.). São Paulo, Brazil: Atlas.

Matthiensen, A. (2011). *Uso do Coeficiente Alfa de Cronbach em Avaliações por Questionários [Use of Cronbach's Alpha Coefficient in Questionnaire Assessments]*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Centro de Pesquisa Agroflorestral de Roraima.

Mendes, R. C., Oleiro, W. N., & Quintana, A. C. (2008). A Contribuição da Contabilidade e Auditoria Governamental para uma Melhor Transparência na Gestão Pública em Busca do Combate Contra a Corrupção [The Contribution of Government Accounting and Auditing to a Better Transparency in Public Management in Search of Combating Corruption]. *SINERGIA*, 12(2), 37-48.

- Miranda, L. F. (2018). Unificando os conceitos de corrupção: uma abordagem através da nova metodologia dos conceitos [Unifying the concepts of corruption: an approach through the new methodology of concepts]. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 25, 237-272. <https://doi.org/10.1590/0103-335220182507>
- Nascimento, A. S., Aragão, I. R. B. N., Gomes, C. A. S., & Casa Nova, S. P. C. (2013). Pesquisa Científica e a Construção do Conhecimento: Possibilidade e Prática ou Utopia? [Scientific Research and the Construction of Knowledge: Possibility and Practice or Utopia?]. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 1(2), 106-122. <https://doi.org/10.18405/recfin20130207>
- NBC TA 240 (R1). (2016). *Responsabilidade do auditor em relação a fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis* [Auditor's responsibility in relation to fraud, in the context of the audit of financial statements]. Brasília, Brazil: Conselho Federal de Contabilidade.
- Oliveira, M. Q., Pizanni, M. A., & Faria, J. A. (2015). A interdisciplinaridade na formação do contador e sua contribuição para o desenvolvimento de competências no âmbito organizacional [The interdisciplinarity in the formation of the accountant and its contribution to the development of competences in the organizational scope]. *Revista de Estudos Contábeis*, 6(11), 23-45.
- Oliveira Júnior, T. M, Costa, F. J. L., & Mendes, A. P. (2016). Perspectivas Teóricas da Corrupção no Brasil: Características, Limites e Alternativas [Theoretical Perspectives on Corruption in Brazil: Characteristics, Limits and Alternatives]. *Revista Do Serviço Público*, 67(ed. Especial), 111- 137. <https://doi.org/10.21874/rsp.v67i0.881>
- Perera, L. C. J., Freitas, E. C., & Imoniana, J. O. (2014). Avaliação do sistema de combate às fraudes corporativas no Brasil [Evaluation of the system to combat corporate fraud in Brazil]. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(23), pp. 3-30. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2014v11n23p3>
- Petrucelli, J. R. (2013). *Detecting Fraud in Organizations: Techniques, Tools, and Resources*. United States of America: John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781118555972>
- Petrucelli, J. R., & Peters, J. R. (2017). *Preventing Fraud and Mismanagement in Government: Systems and Structures*. United States of America: John Wiley & Sons. <https://doi.org/10.1002/9781119220046>
- Rangel, R., & Tonon, D. H. P. (2017). A Teoria Econômica do Crime e a Teoria da Complexidade: as bases para um ensaio sobre a natureza da corrupção no Brasil [The Economic Theory of Crime and the Theory of Complexity: the basis for an essay on the nature of corruption in Brazil]. *Revista de Estudos Sociais*, 19(38), 86-105. <https://doi.org/10.19093/res5025>
- Santos, R. A. (2016). *Modelo preditivo de fraude ocupacional nas organizações privadas* [Predictive model of occupational fraud in private organizations]. São Paulo, Brazil: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Schramm, F. S. (2018). *O Compliance como Instrumento de Combate à Corrupção no Âmbito das Contratações Públicas* [Compliance as an Instrument to Combat Corruption in the scope of Public Contracts]. Santa Catarina, Brazil: Universidade Federal de Santa Catarina.
- Silva, M.F.G. A. (1996). *Economia Política da Corrupção* [Political Economy of Corruption]. São Paulo, Brazil: Fundação Getúlio Vargas.
- Sobral, E. F. M. (2014) Corrupção e os Seus Efeitos Sobre a Dinâmica do Crescimento Econômico Regional: uma Análise do Caso Brasileiro [Corruption and its effects on the dynamics of regional economic growth: an analysis of the Brazilian case]. Pernambuco, Brazil: Universidade Federal de Pernambuco.
- Torres, F. R. (2006). *Aprendizagem e Institucionalização de Práticas de Controle Externo: o papel de visitas técnicas do Tribunal de Contas da União* [Learning and Institutionalization of External Control Practices: the role of technical visits by the Federal Court of Auditors]. Brasília, Brazil: Universidade de Brasília.
- Transparency International. (2018). *Índice de Percepção da Corrupção* [Corruption Perception Index]. Retrieved from <https://ipc2018.transparenciainternacional.org.br/>
- Transparency International. (2019). *Barômetro Global da Corrupção: América Latina e Caribe* [Global Corruption Barometer: Latin America and the Caribbean]. *Opiniões e Experiências dos Cidadãos*

Relacionadas à Corrupção. Retrieved from <https://barometro.transparenciainternacional.org.br/>

Tribunal de Contas da União. (2018). *Referencial de combate a fraude e corrupção: aplicável a órgãos e entidades da Administração Pública [Reference for combating fraud and corruption: applicable to Public Administration bodies and entities]*. Brasília, Brazil: Tribunal de Contas da União.

Vieira, J. B., & Barreto, R. T. S. (2019). *Governança, gestão de riscos e integridade [Governance, risk management and integrity]*. Brasília, Brazil: Enap.

Wells, J. T. (2014). *Principles of Fraud Examination*. (4th ed.), United States of America: John Wiley & Sons.

Weisenborn, D., & Norris, D. M. (1997). Red flags of management fraud. *National Public Accountant*, 42(2), 29-34.

NOTAS

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Conceituação: V. K. R. Silva, R. G. Sousa.

Coleta de dados: V. K. R. Silva

Curadoria e Análise dos Dados: V. K. R. Silva

Discussão dos resultados: V. K. R. Silva e Sousa, R. G.;

Supervisão: Sousa, R. G.

Revisão e aprovação: Sousa, R. G.

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os Direitos Autorais para artigos publicados neste periódico são do autor, com direitos de primeira publicação para a Revista. Em virtude de aparecerem nesta Revista de acesso público, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em aplicações educacionais, de exercício profissional e para gestão pública. A Revista adotou a licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional - CC BY NC ND](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/). Esta licença permite acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos desde que com a citação da fonte, atribuindo os devidos créditos de autoria. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores. Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou um capítulo de livro).

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Ciências Contábeis e Programa de Pós-graduação em Contabilidade. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](https://portal.periodicos.ufsc.br/). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

José Alonso Borba, Denize Demarche Minatti Ferreira, Carlos Eduardo Facin Lavarda.

HISTÓRICO

Recebido em: 06/11/2020 – Revisado por pares em: 23/07/2021 – Reformulado em: 20/11/2021 – Recomendado para publicação em: 07/06/2022 – Publicado em: 30/06/2022

ⁱ Conceitos ou construções teóricas elaboradas com base em dados simples, a partir de fenômenos observáveis, que auxiliam na análise de pesquisas ou ciências. De acordo com Martins (2005), construtos podem ser definidos como operacionalizações de abstrações que os cientistas sociais consideram em suas teorias. O autor explica que para explorar empiricamente um conceito teórico, o pesquisador precisa traduzir a assertiva genérica do conceito em uma relação com o mundo real, baseada em variáveis e fenômenos observáveis e mensuráveis.